

CENTRO DE INSTRUCAO ALMIRANTE GRACA ARANHA

Estudo Técnico Preliminar 50/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 63094.001461/2026-65

2. Descrição da necessidade

Necessidade da Aquisição destes materiais para realização da etapa de exame de conhecimento do Processo Seletivo da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante 2026/2027 (PS-EFOMM 2026/2027) a serem realizados neste centro de instrução.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamnto de Gestão Acadêmica	FÁBIO GOMES DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os materiais deverão ser entregues em até 10 (dez) dias, contados da data de retirada/aceitação da respectiva Nota de Empenho ou Termo de Contrato, no seguinte endereço: Centro de Instrução Almirante Graça Aranha, sito à Avenida Brasil nº9.020, Olaria, Rio de Janeiro-RJ (CEP: 21.030-001).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Envelope plástico com fechamento por adsivo hot melt de alta aderência, em polietileno, coextrudado em três camadas,alta resistência ao rasgo e punctura, 100% opaco, branco externamente e preto internamente (medidas 314 X 395 X 30 mm) de aba adesiva e espessura de 75 micras por parede.	480209	UN	30.000
2	Envelope plástico com fechamento por adsivo hot melt de alta aderência, em polietileno, coextrudado em três camadas, alta resistência ao rasgo e punctura, 100% opaco, branco externamente e preto internamente (medidas 265 X 330 X 30 mm) de aba adesiva e espessura de 60 micras por parede	480209	UN	34.500
	Envelope plástico com fechamento por adsivo hot melt de alta aderência, em polietileno,			

3	coextrudado em três camadas, alta resistência ao rasgo e punctura, 100% opaco, branco externamente e preto internamente (medidas 197 X 265X 30 mm) de aba adesiva e espessura de 60 micras por parede.	480209	UN	50.000
4	Lacre azul com numeração p/ malote de 16cm - PTC C/100	483304	PTC	100
5	Caixa papelão transporte/mudança (C64 x L34 x A29cm)	389307	UN	150
6	Pincel quadro branco/magnético material plástico, pinta de feltro, tipo carga, descartável, na cor azul, ponta de 2,5mm de diâmetro tampa antiasfixiante	447944	UN	720
7	Malote em lona para transporte de provas (60 x 45 x 18cm)	444876	UN	120
8	Aquisição de Etiqueta adesiva tamanho 279,4 x 215,9mm	626509	PTC	600
9	Aquisição de fita adesiva tamanho 45 x 50mm, Cor: marrom	324290	UN	2.500
10	Aquisição de Cartão Papel Opaline tamanho 96 x 66mm, 180 grama	304526	UN	2.500
11	Envelope Material: Kraft , Modelo: Ofício , 240 X 340 MM, Cor: Parda , Gramatura: 90 G/M2	626114	UN	3.000
12	Pasta Arquivo Material: Plástico, tipo caixa ,360 x 135 x 252 MM, Cor: Azul , Aplicação: Arquivo De Documento Características Adicionais: Desmontável , Tamanho: Ofício	483446	UN	500
13	Papel A3 , Comprimento: 420 MM, Largura: 297 MM, Gramatura: 75 G/M2	637656	EMB	500

5. Levantamento de Mercado

Esses resultados estão constantes no relatório e são oriundos das bases de dados do Compras.gov.br - sistema oficial do poder executivo Federal. foi realizada pesquisa no painel de preços e cotação direta conforme o previsto no inciso I e IV, art 5º da IN 73 /2020 da SEGES.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, envolve a aquisição de Etiquetas adesiva, Envelope plástico aba adesiva, Lacre malote, Caixa embalagem, Malote em lona e Pincel quadro branco, para preparação do processo seletivo EFOMM 2026, a ser realizado neste Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades estão na tabela do item 4.1.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 115.838,90

O valo estimado da contratação é de R\$ 115.838,90 (cento e quinze mil, oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento consiste em dividir a solução em itens ou os itens em lotes, em que cada parte será um objeto de licitação autônomo, a ser, portanto, licitado ou adjudicado separadamente, conforme regra a ser observada nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, parágrafo 1º da Lei 14.133/21.

Segundo preconiza a Súmula TCU 247:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

O objetivo do parcelamento é ampliar a competição com vistas à economicidade, devendo ser realizado desde que seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

A expectativa é possibilitar a participação de maior número de licitantes que não teriam capacidade ou condições de atender aos requisitos de habilitação para disputar a totalidade do objeto, mas que podem fazê-lo com relação a frações da prestação.

Supõe-se que a ampliação da disputa levará os participantes a apresentarem propostas mais vantajosas, resultando na redução do valor global a ser desembolsado pela Administração e evitando a concentração de mercado.

O parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que se mostrar técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Entretanto, no presente caso, verificou-se que **não é recomendável o parcelamento da solução**, tendo em vista que a divisão do objeto pode comprometer a sua adequada execução, a padronização dos itens/serviços, a compatibilidade técnica entre os componentes envolvidos e a responsabilização contratual por eventuais falhas.

A contratação em lote único/solução única mostra-se mais adequada, pois o objeto possui natureza integrada, de modo que sua fragmentação poderá acarretar dificuldades na coordenação da execução, prejuízos ao desempenho esperado, aumento do risco de incompatibilidades técnicas e elevação dos custos administrativos de gestão e fiscalização contratual.

Além disso, o não parcelamento preserva a eficiência administrativa, uma vez que concentra em um único contratado a responsabilidade pela entrega integral da solução, facilitando o acompanhamento da execução, a apuração de responsabilidades e a garantia da qualidade do resultado pretendido.

Dessa forma, conclui-se que o **não parcelamento da solução** é a medida que melhor atende ao interesse público no caso concreto, por assegurar maior eficiência, economicidade, controle contratual e adequada satisfação da necessidade administrativa.

A justificativa para essa medida, quando cabível, é baseada em elementos concretos da contratação, tais como: a necessidade de **entregas parceladas ou frequentes**, a exigência de **atendimento em prazo reduzido**, a **urgência no abastecimento**, a **redução comprovada dos custos logísticos**, a **mitigação do risco de desabastecimento** e a necessidade de **resposta operacional tempestiva** por parte da futura contratada.

Supõe-se que a ampliação da disputa levará os participantes a apresentarem propostas mais vantajosas, resultando na redução do valor global a ser desembolsado pela Administração e evitando a concentração de mercado.

O parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que se mostrar técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Entretanto, no presente caso, verificou-se que **não é recomendável o parcelamento da solução**, tendo em vista que a divisão do objeto pode comprometer a sua adequada execução, a padronização dos itens/serviços, a compatibilidade técnica entre os componentes envolvidos e a responsabilização contratual por eventuais falhas.

A contratação em lote único/solução única mostra-se mais adequada, pois o objeto possui natureza integrada, de modo que sua fragmentação poderá acarretar dificuldades na coordenação da execução, prejuízos ao desempenho esperado, aumento do risco de incompatibilidades técnicas e elevação dos custos administrativos de gestão e fiscalização contratual.

Além disso, o não parcelamento preserva a eficiência administrativa, uma vez que concentra em um único contratado a responsabilidade pela entrega integral da solução, facilitando o acompanhamento da execução, a apuração de responsabilidades e a garantia da qualidade do resultado pretendido.

Dessa forma, conclui-se que o **não parcelamento da solução** é a medida que melhor atende ao interesse público no caso concreto, por assegurar maior eficiência, economicidade, controle contratual e adequada satisfação da necessidade administrativa.

A justificativa para essa medida, quando cabível, é baseada em elementos concretos da contratação, tais como: a necessidade de **entregas parceladas ou frequentes**, a exigência de **atendimento em prazo reduzido**, a **urgência no abastecimento**, a **redução comprovada dos custos logísticos**, a **mitigação do risco de desabastecimento** e a necessidade de **resposta operacional tempestiva** por parte da futura contratada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O presente tópico identifica as contratações planejadas, em andamento ou já realizadas pela organização que possam impactar a solução escolhida ou serem por ela impactadas.

As contratações correlatas tratam de objetos similares ou complementares aos que serão demandados pela nova solução. A análise deverá considerar, por exemplo, a possibilidade de agregar objetos semelhantes, com vistas à economia de escala ou à padronização, bem como a necessidade de substituir contratos vigentes prevendo período para a transição contratual.

As contratações interdependentes, por sua vez, são aquelas que são pré-requisitos para o sucesso da nova solução, ou contratações cujo sucesso depende da solução ora examinada.

O resultado da análise das contratações correlatas e/ou interdependentes pode influenciar não somente o quantitativo pretendido, como os requisitos técnicos e até a escolha da própria solução.

Não se verificam contratações correlatas e nem interdependentes para a viabilidade e contratação da demanda em tela.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto desta contratação tem previsão contemplada no Plano Anual de Contratações 2026.

OBS : Como a pesquisa de preços(cotação), foi realizada utilizando-se de quatro casas decimais, para que o valor da soma total dos itens seja o mesmo em todo o processo, os demais documentos deverão ser formalizados da mesma maneira.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição destes materiais serão utilizados no Processo Seletivo EFOMM 2026.

13. Providências a serem Adotadas

O responsável pela contratação deverá providenciar adequadas condições de armazenamento dos materiais e produtos adquiridos no presente certame, bem como controle rigoroso do estoque, para evitar o desabastecimento e consequente suspensão das atividades para os diversos processos de seletivos gerenciados por este Centro de Instrução.

Em relação ao recebimento definitivo dos materiais e posterior ateste na nota fiscal, é sabido que servidores, que realizarem o(s) pedido(s), deverão verificar o cumprimento das exigências estabelecidas nos documentos de planejamento desta contratação.

Cabe ressaltar que, após a homologação do certame, o gerenciador deverá comunicar aos requisitantes responsáveis pelo certame a disponibilidade do material para empenhamento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Em conformidade ao art. 5º da Instrução Normativa Nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os bens devem seguir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; e

III – que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A solução adequa-se plenamente a necessidade deste Centro de Instrução, no que concerne ao Processo Seletivo de Admissão a Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercantes (PS-EFOMM/2026).

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO GOMES DA SILVA

Equipe de apoio

MUNIK HOLANDA DE OLIVEIRA

Equipe de apoio

RONALDO BASTOS PARAQUETT

Autoridade competente